


Castoriadis e o Imaginário Social em experiência de construção da sustentabilidade rural no Nordeste brasileiro

Maria da Conceição Alves Rodrigues

 Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2527-8549>
mceicarodrigues@yahoo.com.br

Introdução

As alternativas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido nordestino surgiram ainda na década de 1980. Um conjunto de organizações não governamentais (ONGs) e algumas instituições públicas de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, passaram a desenvolver propostas e a experimentar alternativas baseadas na ideia de que é possível e necessário conviver com a seca e o semiárido.

Apesar do reconhecimento de que a sustentabilidade, como objetivo a alcançar no curto, médio e longo prazos, encerra grande complexidade conceitual e analítica não existe consenso sobre um conceito operacional de sustentabilidade e tampouco há acordo entre distintas correntes que vêm abordando essa temática em diferentes campos do conhecimento. Na comunidade política internacional o Desenvolvimento Sustentável é assunto que atravessa anos de embates e discussões.

Um conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável surge, nesse contexto, a partir do *Relatório Brundtland*, em 1987, quando o crescimento econômico passa a ser contrastado com a noção de sustentabilidade e se difunde a ideia de que, para ser *sustentável*, o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico,

distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muitos como inviável ou mesmo impossível.

Conforme a orientação do Relatório *Brundtland*, “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” encerra em si outros dois conceitos fundamentais: a) o conceito de *necessidades*, em particular, as necessidades essenciais dos pobres, às quais se deveria outorgar prioridade preponderante e b) a ideia de limitação imposta pelo estado da tecnologia e pela organização entre a necessidade social e a capacidade do meio ambiente para satisfazer as necessidades presentes e futuras (SOUZA; ARMADA, 2017).

É importante assinalar que um ano antes da apresentação do Relatório *Brundtland* a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o desenvolvimento como direito humano através da Resolução 41-128. Esta declaração, no seu artigo 1.1, estabelece que “O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável (...) todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar...” (SOUZA; ARMADA, 2017). Nota-se que o artigo preocupa-se com o direito ao desenvolvimento econômico, mas não trata da questão ambiental. Esse é, portanto, o cenário que antecedeu a publicação do *Relatório Brundtland*. Apesar das ressalvas no texto do *Relatório*, as três décadas que se seguiram à apresentação do documento demonstraram, na prática, a debilidade do conceito de *desenvolvimento sustentável* e a insustentabilidade do desenvolvimento praticado (SOUZA; ARMADA, 2017).

Em junho de 1992 no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na reunião que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, vinte anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta (FEIL; SCHREIBER, 2017).

Na reunião foram elaborados alguns documentos importantes que reforçavam a necessidade de um desenvolvimento mais sustentável para o planeta. Dentre eles, destacam-se a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (buscando estabelecer um novo modelo de desenvolvimento fundado na utilização sustentável dos recursos ambientais e na qualidade ambiental como requisito imprescindível à qualidade de vida), e a Agenda 21 (um instrumento de planejamento onde se admitia a responsabilidade dos governos em impulsionar programas e projetos ambientais através de políticas que visassem a justiça social e a preservação do meio ambiente). Com esses documentos o termo Desenvolvimento Sustentável foi definitivamente popularizado (Lindoso, 2013).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada entre os dias 13 e 22 de

junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. A conferência retoma, após vinte anos, diversos temas que foram explorados durante o evento RIO-92.

O objetivo da conferência era a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. Os principais temas abordados foram: desenvolvimento sustentável, economia verde, inclusão social e pobreza. O que contribuiu para reavaliar e repensar o desenvolvimento mundial para melhor se definir a agenda do desenvolvimento para as próximas décadas, a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, estabelecendo claro mandato para que os estados membros da ONU constituíssem coletivamente um conjunto de objetivos e metas.

A *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* da Organização das Nações Unidas (ONU), concluída em agosto de 2015, propõe 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelas delegações dos estados membros da ONU, outorgando uma maior importância e foco ao âmbito local onde os reflexos negativos da insustentabilidade são sentidos e as ações concretas devem ser adotadas. Trata-se de um plano de ações debatidos internacionalmente pelos estados com foco de concretizar objetivos e metas voltados para a efetividade do desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental ao longo do período 2016-2030. É o resultado de inúmeras negociações dos estados membros da ONU e tem como signatários os 193 países pertencentes à organização (CARVALHO, 2019).

Dos 17 objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a *Agenda 2030*, o que trata a temática da Sustentabilidade rural é o de número 11º - torna as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis - outorgando uma maior importância e foco ao âmbito local e prevendo a implantação de ações e políticas concretas através de atores domésticos no cenário interno (CARVALHO, 2019).

O conceito de sustentabilidade rural que se defende neste artigo se inscreve dentro do enfoque do objetivo 11º da *Agenda 2030* quando considera a necessidade de uma maior importância ao âmbito local que favoreça a implantação de ações e políticas concretas através de atores domésticos no cenário interno das comunidades rurais. E também quando aponta como primeiro objetivo dessas ações o incremento de seu valor social, entendido como a qualidade de bens e serviços produzidos, o nível em que se satisfazem as necessidades humanas e sua distribuição entre a população. Mais do que nunca, o reconhecimento da importância do saber local e dos processos de produção, relação e articulação com saberes externos passam a ser indispensáveis (RODRIGUES, 2018).

Este artigo, resultante de pesquisas realizadas durante Estágio de Pós-Doutoramento (2016/ 2017), propõe uma abordagem sobre os mecanismos de articulação de saberes em projetos de construção da sustentabilidade em ambientes vulneráveis à seca, centrando a atenção nas práticas cotidianas dos agricultores e sua relação com os conhecimentos e as práticas tecnológicas difundidas por Organizações Não Governamentais (ONGs) com programas locais de geração e difusão de inovações sustentáveis. Para tanto, tomamos como *locus* empírico a comunidade rural de Lajedo

de Timbaúba do município de Soledade, Estado da Paraíba, por tratar-se de uma localidade onde se registra um dos primeiros casos de planejamento do desenvolvimento local sustentável para o semiárido paraibano tornando-se, portanto, cenário adequado para se analisar relações de saberes no meio rural sob a perspectiva de sustentabilidade.

Os primeiros casos de ação visando ao desenvolvimento rural sustentável em Lajedo de Timbaúba surgiram das iniciativas da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos agricultores locais. Esses grupos buscaram o apoio de Organizações Não Governamentais (ONG's) para a implementação de programas locais de geração e difusão de inovações sustentáveis para agricultores familiares e desenvolvimento de metodologias participativas, tendo por base fundamental a participação efetiva dos agricultores em todas as fases do processo. Dentro desses propósitos, duas ONGs passaram a atuar na comunidade a partir da década de 1990: PRACASA (Programa de Associativismo e Capacitação do Pequeno Produtor Rural no Semiárido) e PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Aplicadas às Comunidade)

Este artigo propõe, portanto, uma abordagem sobre os mecanismos de articulação de saberes em projetos de construção da sustentabilidade em ambientes vulneráveis à seca defendendo o conceito de sustentabilidade dentro do enfoque que considera que as comunidades rurais têm como primeiro objetivo o incremento de seu valor social, entendido como a qualidade de bens e serviços produzidos, o nível em que se satisfazem as necessidades humanas e sua distribuição entre a população.

A pesquisa se desenvolveu em duas vertentes: estudos de dados secundários (pesquisa bibliográfica) e pesquisa de campo. Esta se realizou através do uso sistemático e articulado de um conjunto de instrumentos de discussão e de coleta de informações, que se traduziu na prática, em diversas estadas de duração variada, utilizando-se a observação participante e diversos tipos de entrevistas (individuais e coletivas), especialmente histórias de vida e entrevistas semidirigidas, aplicação de questionários e gravações, entre outros recursos disponíveis.

Assim, buscamos investigar as vivências dos agricultores de Lajedo de Timbaúba a partir do seu modo de sentir, pensar e agir no cotidiano do seu fazer. Abordamos o processo de construção das estratégias e resistências, engendrado individual e coletivamente, no âmbito da relação entre as propostas de sustentabilidade rural e a adequação de tal ou qual prática tecnológica nesse processo, articulando as práticas cotidianas dos agricultores nos espaços dos saberes e do simbólico.

Castoriadis e o Imaginário Social: referência ou representação?

Analisar as vivências dos agricultores em uma comunidade rural em experiência de desenvolvimento sustentável articulando as práticas cotidianas desses agricultores nos espaços dos saberes e do simbólico não é algo tão simples como pode às

vezes parecer. Principalmente quando se busca entendê-las a partir das produções materiais e simbólicas de suas vidas, já que poucas são as referências existentes e as abordagens que poderiam dar suporte teórico a esta discussão. Contudo, na busca de embasamento teórico para subsidiar nossa análise, encontramos em Cornelius Castoriadis (1982), a proposição do *imaginário social* que utilizamos para o entendimento de como se estabelecem as relações de saberes entre agricultores e técnicos de Organizações Não Governamentais (ONGs), com programas locais de geração e difusão de inovações sustentáveis.

Segundo Castoriadis (1982), a sociedade e suas instituições seriam impossíveis sem uma rede simbólica. É a instituição da sociedade que determina o que é e o que não é real, o que tem sentido e o que é desprovido dele. Assim como estabelecem o real e o que tem sentido, as significações imaginárias sociais são, portanto, essenciais à ação social, porque impregnam e orientam a vida da sociedade ou de grupos específicos da mesma:

As instituições imaginárias da sociedade constituem-se de um complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem a vida daquela sociedade e todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem [...] tais significações imaginárias sociais são, por exemplo: espíritos, Deus, cidadão, partido, dinheiro [...] etc. mas também: homem/mulher/crianças [...]. Para além das definições puramente anatômicas ou biológicas, homem, mulher e criança são o que são mediante as significações imaginárias sociais que os fazem ser assim. (CASTORIADIS, 1982, p. 230-231).

A compreensão inicial de que o simbólico é algo central na vida das sociedades e das instituições é ponto pacífico. Todavia, salienta-se que as instituições constituem suas redes simbólicas próprias – “simbólico em segundo grau” – notadamente diferente do simbolismo geral da sociedade ou de outras instituições. Ocorre, porém, que certas instituições têm socialmente sua existência como sistemas simbólicos sancionados, como é o caso do judiciário, de um poder instituído, de um sistema de direito, de uma religião.

As instituições não se reduzem ao símbolo, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constitui cada qual sua rede simbólica. [...] consiste(m) em ligar a símbolos [a significantes] significados [representações, ordens, injunções ou incitações... – significações...] e fazê-los valer como tais, ou seja, a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado (CASTORIADIS, 1982, p.142).

Esses processos se dão sempre em contextos limitados que demarcam significações carregadas dos aspectos culturais e sociais. Por mais novo que seja, “todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais” (CASTORIADIS, 1982, p. 134). Também não existe um conteúdo prévio ou real a exprimir através do símbolo, o que implica dizer que é uma situação

cultural e social, nos processos de negociações de arranjos e significados, que imprimirá as significações.

Essa concepção fala claramente daqueles conteúdos simbólicos apreendidos no processo da socialização, tal como se dá com as significações dos saberes de uma comunidade, os quais não ocorrem, todavia, de forma pura, exclusivamente na ótica das gerações precedentes sobre as seguintes. O mecanismo da difusão concernente à teoria das representações sociais existe, está presente, mas não de forma predominante, maciça, tanto quanto a socialização e endoculturação: “nossa relação com o social, e com o histórico, que é seu desenvolvimento no tempo... é uma relação de inerência, que como tal não é nem liberdade, nem alienação, mas o terreno no qual liberdade e alienação podem existir” (CASTORIADIS, 1982, p. 135-36).

Por outro lado, não se pode afirmar que o simbolismo institucional determina o conteúdo da vida social. Para Castoriadis, não é papel do simbolismo fazê-lo, até porque, o simbólico inscreve-se nas relações sociais como uma necessidade da interação, da comunicação, do contato, da troca. Só posteriormente, com a cristalização de significações, escondem, mascaram e/ou revelam os conteúdos significativos mais preciosos sob os quais podemos adentrar nos detalhes das relações sociais.

As intensas relações entre simbólico e imaginário fizeram Castoriadis explicá-los a partir de suas definições:

Falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa “inventada” – quer se trate de uma invenção absoluta [uma história imaginária em todas as suas partes), ou de um desligamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações “normais” ou canônicas”. Nos dois casos, é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar (uma mentira) ou que não pretende fazê-lo [um romance] (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

Nesse imaginário, observa-se o aspecto inventado, criado. O que leva a deduzir que a realidade social é fruto da criação humana fundamentada em necessidades, desejos, busca etc., mas também de uma segunda criação que perverte o sentido original primeiramente atribuído. Nesse aspecto pretende-se destacar que, por mais dada que seja a realidade, sempre existe um esforço de apreensão por parte dos sujeitos e uma apreensão sem esforço e nesses processos de apreensões e objetivações dos símbolos já disponíveis, a apreensão-objetivação nunca é absolutamente a mesma, ou exatamente “adequada” (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

Há sempre algum elemento interveniente na relação de compreensão dessa realidade, seja da parte do sujeito, seja da parte do meio de comunicação etc. O fato é que, por processos descontínuos e sucessivos, constroem-se significações imaginárias que se separam do real para voltarem-se sobre ele, tentando encobri-lo e substituí-lo. Ou seja, as significações substituem a própria realidade e são tomadas como se fossem ela.

Ocorre, entretanto, que a própria expressão e existência do imaginário só é possível pela utilização que este faz do simbólico, deixando ao mesmo tempo de ser

realidade *virtual* para ser *qualquer coisa a mais*. Segundo Castoriadis (1982), é através do simbolismo e de suas formas de linguagem que o imaginário materializa-se, torna-se palpável, observável.

Dentre as várias semelhanças entre o imaginado ou imaginário efetivo e a representação social¹ pode-se apontar: o nível em que se apresenta a representação, cujo componente racional-real pode ser identificado no que há de consciente na teoria das representações sociais², destacando, sobretudo, o aspecto conceitual sob o qual se apresentam as representações; como elemento indispensável para pensar e para agir; por último, a representação social, como todo simbolismo social, serve para e de comunicação entre os homens.

As funções mais importantes das representações sociais estão assim expostas como uma atuação do imaginário. E naquilo em que Moscovici (1978) identifica a atuação dos dois processos básicos das representações sociais, a objetivação e a ancoragem, podemos também identificar a atuação do imaginário. Vejamos como isso se procede:

A objetivação, através do mecanismo de “naturalização”, transporta os elementos objetivos para o meio cognitivo e prepara para eles uma mudança fundamental de status e função e, através da classificação, coloca e organiza as partes do meio ambiente e, mediante seus cortes, introduz uma ordem preexistente, atenuando assim o choque de toda e qualquer nova concepção. (MOSCOVICI, 1978, p. 113).

Tanto Castoriadis como Moscovici percebem que o homem transforma a realidade (os elementos objetivos) ao tentar apreendê-la, e o faz independente de sua vontade, por mecanismos atuantes. Ocorre, porém, que Moscovici atribui aos elementos objetivos um status e uma função como coisa objetiva e preexistente à apreensão pelos sujeitos, ao afirmar que os elementos objetivos sofrem uma mudança fundamental. Não cabe à coisa, objetivamente existente, tais traços, mas aos sujeitos sociais que os percebem, representam-nos e com eles atuam. São esses sujeitos que criam, produzem, imaginam e atribuem às realidades objetivas (reais ou pensadas) status e funções, sem desconsiderar, no entanto, algum peso exercido pela coisa (MOSCOVICI, 1978, p. 113).

Assim, enquanto Moscovici salienta que a representação de um objeto é uma representação diferente do objeto; que os mecanismos de “naturalização” e da “classificação” realizam a transformação dos elementos objetivos, impondo-os uma outra natureza e novas significações, sem perder de vista o real referente, Castoriadis acredita que os fatores reais não produzem significações, mas podem ser-lhes atribuídas.

¹ Entendemos “Representações Sociais” como a relação das construções simbólicas com a realidade social. Uma organização de imagens e linguagens que realçam e simbolizam atos e situações. Cf. Moscovici (1978, p.10).

² Serge Moscovici foi quem estabeleceu a noção de “representação social” em 1961 com a publicação de “*La Psychanalyse: Son Image et Son Public*”, que veio conferir à Psicologia Social contemporânea uma identidade e um objeto, ao mesmo tempo que o propõe como solução à escorregadia insegurança de se estar ora na Sociologia ora na Psicologia Social, demonstrando a interdisciplinaridade que é o campo representacional.

Para Moscovici, é a sociedade ou formas de conhecimentos socialmente disponíveis, filtrados pelos sistemas de crenças sociais e/ou pessoais, que impõem a lógica de classificação do mundo objetivo e, assim fazendo, atravessa-o com os conteúdos sociais. Isso acarreta atribuição de status (valorização, modismos) e de funções, que recobrem formas de utilizações ou satisfações, sob os jogos das (re) significações.

Castoriadis não pretende negar o aspecto funcional das representações e do imaginário na vida social. Muito pelo contrário, ele aponta esse aspecto como importantíssimo do ponto de vista da teoria do imaginário que vem a ter, na visão do autor, um significado que a “sociedade produz necessariamente... [o] imaginário do qual ela necessita para seu funcionamento” (CASTORIADIS, 1982, p. 413).

Uma Organização Não Governamental (ONG) que atua em áreas vulneráveis às secas, por exemplo, não pode ser vista apenas como um órgão que viria proporcionar um conhecimento técnico para enfrentar a problemática das estiagens. Esse seu aspecto funcional, delimitado por sua rede simbólica (não desconsiderando os interesses que lhes colocaram lá), reduziria a análise a uma visão ingênua.

A partir do momento em que se institucionaliza uma problemática objetiva, faz-se mediante cortes, mediante sua apreensão como formas mais ou menos definidas de soluções, cuja autoridade lhe é imputada, e o faz através de uma simbologia que a ultrapassa, estendendo-se e ancorando-se na sociedade como um todo. Os problemas da localidade que será atendida são imaginados, essencialmente, pelo elemento da seca, que requer como saída o preenchimento ou satisfação da mesma; como a ONG a delimita, a seca é um problema físico, cuja natureza sócio-histórica é secundada.

Fica claro que os fatores reais não produzem significações, mas podem ser-lhes atribuídas. É a sociedade, ou parte dela, ou ainda grupos que conferem a esses fatores reais as suas significações e sua valorização em certa escala de referência dentro do universo de significações existentes. Obviamente, podem questionar que há determinados fatores reais que se impõem, como as secas, por exemplo. Mas se eles se impõem como fatores reais, não se impõem como significações, como simbologia e representações. Sobre eles, produzir-se-ão outros fatores que se pretendem reais, no cenário das forças sociais.

A problemática das secas existe em várias partes do mundo, e a forma de apreensão e importância atribuídas às significações variam grandemente ou são diferentes de região para região. O fato de estas existirem como fator real apresenta-se como possibilidade de apreensão, mas a forma, o método, a lógica, a representação e o imaginário, enfim, todos os conteúdos sociais são socialmente demarcados e especialmente produzidos. Não se repetem de cultura a cultura.

O que ocorre é que o imaginário tem uma tendência a se distanciar do real e a se colocar em seu lugar, tornando-se a realidade social dos sujeitos³; por isso, o imaginário central de uma sociedade pode apresentar sua interface de alienação através

³ Como é o caso do “imaginário religioso” das secas nordestinas, que inscreve a problemática como atribuída pela “vontade divina”. Autonomizando-a em relação à realidade. Encobre a realidade, o percebido como pensado, dá-lhe novas formas, forma-se como uma espécie de

da “autonomização e dominância do momento imaginário da instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade” (CASTORIADIS, 1982, p.414).

A esse respeito, Castoriadis nos indica que a instituição social e suas significações desenvolvem-se em suas dimensões indissociáveis: “a dimensão conjuntista-identitária (lógica) e a dimensão estritamente ou propriamente imaginária”. Na primeira dimensão:

A sociedade opera (“age” e “pensa”) com e mediante “elementos”, “classes”, “propriedades” e “relações” postulados como distintos e definidos (...) A exigência, aqui, é de que tudo o que é concebível esteja submetido à determinação e às implicações ou consequências que dela decorrem. (CASTORIADIS, 1982, p. 235).

Quanto à segunda dimensão, propriamente imaginária: “a existência é significação. As significações podem ser demarcadas, mas não determinadas. Elas se conectam indefinidamente umas às outras, sob o modo fundamental do remetimento (*renvoi*). (CASTORIADIS, 1982, p. 415).

Tudo isso nos informa que as narrativas, os discursos, os depoimentos, as observações sobre os vários saberes que se articulam em projetos de construção do desenvolvimento rural sustentável para o semiárido nordestino, além de conterem o conteúdo propriamente linguístico, transmitem-nos um conteúdo de natureza especial, elaborado por um conjunto de homens em constante relação entre si e com a natureza, erigindo uma concepção que se desprende, autonomizou-se, substituindo a concepção da realidade histórica da qual se originou.

O Imaginário Local e a Noção de Desenvolvimento Sustentável

Tomando-se como pressuposto que as significações imaginárias substituem a própria realidade e são tomadas como se fossem ela, podemos inferir que para se analisar as relações de saberes que se articulam na comunidade rural de Lajedo de Timbaúba, analisando as práticas cotidianas dos agricultores e sua relação com as práticas tecnológicas difundidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) com programas locais de geração e difusão de inovações sustentáveis, faz-se necessário perceber não só como se estabelece essa interação de saberes, mas também observá-la como especificada pela intervenção das significações imaginárias que

teoria, aos olhos dos sujeitos, coerente e consistente, tornando-se “a realidade”. Ver Gomes (1995).

fazem com que os agricultores existam como tais: “as significações imaginárias fazem com que os sujeitos existam como sujeitos e como esses sujeitos” (CASTORIADIS 1982).

Os primeiros casos de ação visando ao desenvolvimento rural sustentável em Lajedo de Timbaúba surgiram das iniciativas da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos agricultores locais. Esses grupos buscaram o apoio de ONGs para a implementação de programas locais de geração e difusão de inovações sustentáveis para agricultores familiares e desenvolvimento de metodologias participativas, tendo por base fundamental a participação efetiva dos agricultores em todas as fases do processo. Dentro desses propósitos, duas ONGs passaram a atuar na comunidade a partir da década de 1990: PRACASA (Programa de Associativismo e Capacitação do Pequeno Produtor Rural no Semiárido) e PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Aplicadas à Comunidade).

O PRACASA foi a primeira ONG a chegar à comunidade, porém, por falta de um corpo técnico, buscaram esse tipo de apoio e passaram a atuar em parceria com o PATAC, uma Organização Não Governamental criada no início da década de 1970 com o objetivo de “trabalhar para a viabilidade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, especialmente na região do semiárido paraibano, difundindo tecnologias a partir de uma abordagem agroecológica e na perspectiva da construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável” (PATAC, 2004).

Desde a sua origem, o PATAC se propõe a criar e testar a aceitação de novas técnicas de convivência com o Semiárido junto aos agricultores e a organizar sua divulgação em todo o Estado da Paraíba, graças ao apoio dos próprios produtores experimentadores e a uma ampla rede de entidades parceiras, sendo as principais a Articulação do Semiárido em nível de Estado (ASA/PB), fórum da sociedade civil criado para propor uma política pública de convivência da agricultura familiar no Semiárido paraibano e em nível de Nordeste ASA/Brasil, que forma um novo espaço de intercâmbio (PATAC, 2004).

As primeiras ações do PRACASA e do PATAC na comunidade rural de Lajedo de Timbaúba foram direcionadas a um grande problema da região – não o único, mas aquele que chamava mais à atenção – a falta de água. Assim, as primeiras alternativas tecnológicas implementadas em Lajedo de Timbaúba foram as de captação e uso da água das chuvas para o consumo humano, facilitando a convivência dos agricultores com as estiagens prolongadas: as cisternas de placas (cisternas redondas feitas de placas de cimento, mais resistentes e de menor custo que as tradicionais cisternas quadradas de tijolos), construídas pelo sistema dos Fundos Solidários Rotativos (FSR).⁴ Implantadas na comunidade desde 1993, essas cisternas passaram a ser adotadas, no Estado da Paraíba, no Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) que adotou as cisternas de placas para todo o Semiárido

⁴ Forma-se um grupo de 5 agricultores, faz-se um sorteio da ordem dos beneficiários, a ONG compra o material e os agricultores entram com a mão de obra, construindo a primeira cisterna; depois de um certo tempo, cada membro paga 20% do material comprado, o que permite construir a segunda cisterna; e, da mesma forma e sequência, as outras são construídas, até a quinta (DUQUE, 2002).

brasileiro (PATAAC, 2016).

A partir das cisternas de placas, as experiências com as práticas tecnológicas foram se multiplicando na comunidade de Lajedo de Timbaúba, entre as principais podemos citar: poços artesianos; banco comunitário de sementes; barragens subterrâneas; silagem; apicultura; caprinocultura; tanques de pedra; beneficiamento de frutas nativas etc. E mais recentemente, em 2012, o dessalinizador⁵ que favorece não apenas aos agricultores locais, mas também às comunidades vizinhas.

Todas as alternativas de convivências com as secas implementadas na comunidade e a condição de uma determinada prática tecnológica obter sucesso na unidade de produção foram percebidas como resultantes da interação de condições objetivas e subjetivas dos agricultores, tais como a forma como a realidade se lhes apresenta; o modo de ver ou explicar essa realidade; e a experiência posta em movimento entre os agricultores. Assim, para os agricultores entrevistados, as práticas tecnológicas estão associadas ao fator experiência e inteligência traduzido na capacidade dos mesmos em reverter essas práticas em função da manutenção do equilíbrio interno da unidade de produção. Nesta perspectiva, a adoção ou não de uma determinada tecnologia é uma “questão de raciocínio”.

Esta concepção nos permite fazer uma analogia das “significações imaginárias” de Castoriadis ao fato de que os agricultores de Lajedo de Timbaúba, como *indivíduos formados mediante e a partir das significações*, valem-se destas para a efetivação das suas práticas cotidianas. Trata-se de desenvolverem suas atividades cotidianas no plano de suas subjetividades mediante processos simbolizadores, representando os aspectos envolvidos nas suas ações e relações com o meio e com os outros, o que os fazem agir e pensar de maneira convergente com a realidade na qual estão inseridos.

A produção do conhecimento nesta realidade ocorre, portanto, a partir das condições objetivas e subjetivas desses agricultores. À medida que se relacionam com outros saberes, criam estratégias de afirmação do seu modo de viver e fazer, traduzidos na experiência que cada um traz consigo e a partir da realidade que se apresenta. Assim, ao se apropriarem de novos conhecimentos, ao mesmo tempo que incorporam esses saberes ao cotidiano do seu fazer, dão outro sentido aos mesmos e ao que estes representam.

Os conteúdos simbólicos são apreendidos no processo da socialização, tal como se dá com as significações dos saberes. Estes não ocorrem, todavia, de forma pura, exclusivamente na ótica das gerações precedentes sobre as seguintes. O saudosismo transfigurador se manifesta, é claro, sobretudo nos mais velhos, que ainda tiveram contato com a vida tradicional e podem compará-la com o presente; mas ocorre também nos mais jovens, em parte por influência daqueles. Consiste em comparar as atuais condições de vida com as antigas; as modernas relações humanas com as do passado.

⁵ A dessalinização é um processo físico-químico de tratamento de água que retira o excesso de sais minerais, micro-organismos e outras partículas sólidas presentes na água salgada e na água salobra, com a finalidade de obter água potável para consumo.

Muitos dos entrevistados vão unir o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida e do mundo que transcende as determinações imediatas. A figura presente do imaginário narra no positivo uma ausência que se busca em imagem: “na medida em que os objetos que povoam o imaginário fixam a topografia daquilo que não mais se faz, podemos nos perguntar se, reciprocamente, aquilo que mais vemos não define hoje aquilo que mais falta”. (CASTORIADIS, 1982, p. 43).

Aqui era muito difícil a vida, muito atrasado. Hoje tá muito diferente. Tudo fácil. Porque no tempo que meu pai era vivo, nós trabalhava muito mais, ele fazia tudo em roçado, mulher e homem. Nós trabalhava que nem bicho, mas trabalhava tudo satisfeito, com gosto, porque a gente era obediente a papai. Ele era o chefe daqui de Lajedo de Timbaúba, tudo que se fazia só se fazia combinado com ele. O que ele dissesse tava dito, a palavra dele era uma só.[...] Aqui só tinha quatro casas, não tinha quase nada feito. Hoje tem tudo. Hoje em dia é isso aí... É tudo fácil. De primeiro [antigamente] aqueles lajedo era tudo cheio de mato [se referindo à vegetação nativa], hoje em dia acabaram tudo, é a vaidade [desenvolvimento?], né? (R.G., entrevista, agosto de 2016).

Esta valorização do passado é constante nas falas dos mais idosos. A cada conversa sobre as mudanças ocorridas na comunidade surge uma referência a ele. Os agricultores sabem que essa é uma imagem ideal e, na verdade, havia mais miséria e fome. Sabem, por outro lado, que não havia recursos como agora. No entanto, é a maneira desses agricultores de criar uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente os valores considerados como fundamentais da sua cultura: união familiar, respeito e obediência aos mais velhos.

Todas as vezes que esses agricultores se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento e à sua concepção do mundo, os valores tradicionais aparecem como preservação ou redefinição de comportamentos tradicionais, que asseguram ao grupo condições de existência e permitem aos seus membros definir uma atitude, em face da atual situação de mudança. Estes fatores de preservação permitem resistir ao impacto da mudança e atenuar os seus efeitos desorganizadores.

Para as coisas funcionar é preciso todo mundo [a família] tá de dentro. Funcionar unido, como de primeiro [antigamente]. Eu sei porque tenho mais experiência. De primeiro a gente fazia de um tudo no roçado, tanto os homem como as mulheres. Hoje em dia eu acho que tem que ser assim, trabalhar todo mundo, funcionar tudo unido. Porque é muita coisa pra se fazer no roçado, pra usar essas tecnologias que eles (os técnicos) ensinam e tudo. Tudo isso só funciona com todo mundo unido, senão, não tem o de comer. (J.G.M., entrevista, agosto de 2016).

Assim, a atividade subjetiva desses agricultores se serve dos conhecimentos e das experiências para dar significados ao seu fazer e ao seu representar, do mesmo modo que se serve da valoração para atribuir às ações implementadas pelas ONGs uma qualificação relacionada à satisfação dos seus interesses. O julgamento de valor

que esses agricultores assumem sobre uma prática tecnológica, por exemplo, é implementado a partir de suas experiências de vida. Isso significa considerarmos os aspectos simbólicos que cada prática carrega em sua própria constituição como sendo constituídos a partir da lógica interna de cada unidade de produção, logo, uma prática tecnológica passa a ser rejeitada ou legitimada a partir de elementos simbólicos atribuídos pelos agricultores:

Eles [os técnicos] ensinaram a não botar veneno no plantio..., mas eles também têm que entender que tem hora que não dá pra esperar e a gente tem que botar... porque é assim... demora muito esperar as plantas que dá às formigas pra elas não ir pro roçado... a gente sabe que é ruim pra terra, pode ter qualquer técnica, mas se a terra não for boa, não funciona não..., mas na precisão, a gente bota. A gente bota porque não dá pra esperar, mas quando bota é no roçado, não é na barragem não... eles têm que entender isso. (R.G., entrevista, agosto de 2016).

Nesse relato, percebemos que é através do simbolismo dos agricultores que o imaginário materializa-se, torna-se palpável, observável: O fato é que, por processos descontínuos e sucessivos, constroem-se significações imaginárias que se separam do real para voltarem-se sobre ele, tentando encobri-lo e substituí-lo (CASTORIAN, 1982, p. 43). Se antes a utilização do veneno possibilitava o extermínio imediato das formigas na plantação, agora, mesmo tendo o conhecimento do malefício, eles continuarão a fazer uso dessa prática, uma vez que veem na imagem (o simbólico) da sua realidade, a eficácia de tal ato. Mediante a produção simbólica, que expressa concretamente sua vivência, os agricultores criam o seu modo de agir e de pensar de maneira compatível com a sua realidade. A existência do imaginário torna-se possível, pois, pela utilização que este faz do simbólico.

O significado de cada prática tecnológica e sua incorporação seletiva traduz-se na expectativa de que possa ser vantajosa para o equilíbrio da combinação dos fatores de produção da unidade, entre os quais se destacam a garantia da produção e da sobrevivência. Essas estratégias se constituem em práticas que orientam o modo de organização da agricultura familiar nas unidades de produção estudadas. A importância do trabalho conjunto de toda a família para a garantia da produção e, portanto, da sobrevivência na unidade de produção, é assim expressada:

É uma obrigação que deve ser de todo mundo. Não que a gente obrigue. E quando não se quer fazer, a gente tem que mostrar que é obrigação deles (os filhos). Quando termina o plantio, então, tem muita coisa além de cavar a terra. Existe uma limpa de mato, tem outras atividades no roçado que também pega o trabalho da gente, que é quem deve fazer esse trabalho na diária, no dia a dia. Pra arrancar o feijão, carregar o feijão do roçado pra casa e, quando se debulha o milho e o feijão, a própria contagem do caroço no terreiro, são essas tarefas que é assumida por essas pessoas que ajudam, pela família toda que ajuda a gente. A gente vive da união de dentro da família, porque tem que manter com aquilo mesmo, é pra comer, é pra vestir, é pra calçar, é uma coisa assim. (A.M.A., entrevista, agosto de 2016).

Nesse relato, evidencia-se que o trabalho conjunto, de todos os membros da família agricultora, vai garantir ao grupo o sustento e o fomento das atividades econômicas da unidade durante todo o ano. O significado atribuído pelos agricultores às práticas tecnológicas adotadas no processo de produção, mais do que uma necessidade econômica, é percebido como modos de sentir, pensar e agir próprios à sua lógica de existência. Tais práticas estão organicamente vinculadas às estratégias de sobrevivência e avaliadas segundo critérios que buscam reafirmar os elementos que propiciem a manutenção da unidade familiar e as práticas produtivas que lhe dão sustento.

O significado que os agricultores atribuem a cada prática tecnológica, traduzida na expectativa de que possa ser vantajosa para a unidade de produção e com que lógica essa prática é incorporada e com que fim, é o elemento principal que media a relação entre esses agricultores e os agentes externos, no processo de apropriação/recriação/rejeição de saberes. Vão absorver, alterar ou modificar os novos conhecimentos a partir da maneira como veem a realidade. O modo de viver e conceber seu lócus vai depender, portanto, da forma como essa realidade é percebida, vivida e expressada.

Logo, qualquer prática tecnológica tem significado positivo no cotidiano dos agricultores de Lajedo de Timbaúba, quando vem fortalecer a unidade de produção, com o papel de fomentadora do equilíbrio da reprodução da agricultura familiar de modo a reafirmar esse papel como garantia de sobrevivência dessa produção. As práticas tecnológicas assumem, assim, uma simbologia da reprodução que legitima e garante a existência efetiva dos agricultores familiares como comunidade biológica, econômica e social e que dá significados e conteúdos a todas as práticas inseridas na forma de conduzir econômica e culturalmente a unidade familiar de produção, de modo que a reprodução da família, no seu sentido amplo, seja definitivamente garantida.

Isso nos remete ao pensamento de Castoriadis (1982) ao afirmar que não poderíamos pensar as significações imaginárias sociais a partir de sua relação com os objetos, como seus referentes: “Porque é em e por elas que os ‘objetos’ e portanto também a relação de ‘referência’ tornam-se possíveis.” (CASTORIADIS, 1982, p.399). O objeto, como referente, é sempre co-constituído pela significação imaginária social correspondente. Seguindo essa concepção, dizer que determinados objetos são práticas tecnológicas não é dizer alguma coisa sobre esses objetos como tais, mas sobre a maneira pela qual os agricultores tratam estes objetos, sobre a maneira de ser destes objetos para esses agricultores; é dizer que esses agricultores instituíram a significação *práticas tecnológicas* como tal.

Fica claro que os fatores reais não produzem significações, mas podem ser-lhes atribuídas. São os agricultores que conferem a esses fatores reais as suas significações e sua valorização em certa escala de referência dentro do universo de significações existentes. Assim, ao se apropriarem de novos conhecimentos, ao mesmo tempo que incorporam esses saberes ao cotidiano do seu fazer conferem um outro sentido a esses saberes e ao que estes representam. Criam estratégias de afirmação dos seus saberes e do seu modo de viver e fazer traduzidos na experiência que cada um traz consigo:

Eles [os técnicos] traz muito conhecimento pra gente... muita novidade. Mas a gente não faz tudo do jeito que eles mandam não. A gente recebe a dica todinha, mas vai testando, o que der certo a gente faz. A gente sabe se dá certo, porque a gente tem a experiência e eles não. Eles não podem fazer sem a gente. Aí a gente também ensina pra eles. Quer dizer, eles vêm ensinar as coisas, mas aprendem também com a gente, porque a gente já tá acostumado com isso aqui. (L.M.A., entrevista, novembro de 2016).

Esse relato denota que a representação constituída pelos agricultores é determinante na condução da prática. Representar que os técnicos das ONGs não podem fazer nada sem eles, firmar outro imaginário é condição necessária para que seus saberes não sejam perdidos. *Sabe, porque tem experiência* é uma frase que evidencia o reconhecimento do papel consciente/inconsciente no processo de construção de conhecimentos. Os saberes produzidos são de quem os faz. Portanto, dos que tem a força de aceitar, negar, subverter ou modificar os ensinamentos técnicos.

Nesse processo de produção de conhecimento, os agricultores, ao executarem tarefas cotidianas, fazem-no a partir de questões pré-determinadas pela prática simbólica, ou seja, eles produzem saber na medida em que suas práticas cotidianas lhes apresentam essas questões. Assim, é no confronto com outros saberes que eles vão elaborar um saber eminentemente prático, emanado da prática simbólica, ao mesmo tempo em que constroem significações para essa prática e esses saberes:

Eu penso, assim, depois que eu tenho esses conhecimentos, se eu pensasse isso há vinte anos atrás, se eu tivesse tido esse conhecimento vinte anos atrás, a minha vida hoje era transformada, quem sabe que eu não podia ter feito até um curso, e hoje ter uma visão melhor de conhecimento através dessas práticas... mas como Deus não me deu essa chance, a gente vai com a oportunidade que Deus oferece... E Deus deu essa chance agora. Mas se a gente não se une, não se agrupa, não dialoga, não conversa, cada um tem sua opinião, essas práticas toda não funciona. (I.G.M., entrevista, novembro de 2016).

Nesse imaginário, observa-se que a realidade se apresenta como fundamentada em necessidades, desejos, busca etc. Por mais dada que seja a realidade, sempre existe um esforço de apreensão por parte dos sujeitos. E nesses processos de apreensões e objetivações dos símbolos já disponíveis, “a apreensão-objetivação nunca é absolutamente a mesma, ou exatamente ‘adequada’” (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

Esses processos de apreensões e objetivações são percebidos quando os agricultores constroem respostas às transformações implementadas na comunidade. Ao construírem respostas a essas transformações impostas pelas ONGs no âmbito de propostas de desenvolvimento sustentável, mostram-se capazes de estruturar/recriar espaços e dar-lhes sentidos e significados para sua produção. O próprio modo de conceber a noção de desenvolvimento sustentável vai depender da forma como essa realidade é percebida, vivida e expressada. Mesmo que “a apreensão-objetivação não seja absolutamente a mesma ou exatamente adequada”. Vejamos um relato:

Desenvolvimento sustentável pra minha pessoa... eu vejo o seguinte: é a gente ter condição de se manter na pequena propriedade. Trabalhar com esse tipo de aproveitamento do que a natureza oferece... O ponto de sustentação não é o cara plantar pra vender, é o cara plantar pra consumir, ter mais condição de sobreviver, por que na seca você vai ter o que comer? Porque um dia vai chegar chuva, então, se você tem com que se manter, você vai ter como atravessar a seca. Quando você vende, vende muito barato, o atravessador leva vantagem. Ai você tá perdendo seu lucro. Se você alimenta a criação, galinha, porco, vaca, ovelha com mais melhoria, a criação vai render mais recurso, vai fortalecer a carne, a vaca vai dar mais um pouco de leite, isso sem ser comprado. O cara não tem que pensar em dinheiro, tem que pensar na alimentação no que produz, isso é desenvolvimento sustentável. Você ter como atravessar a época mais difícil (seca). Desenvolvimento Sustentável pra mim é isso, é o que a gente trabalha pro sustento da família, né? (I.T., entrevista, novembro de 2016).

Nesse relato, a noção de desenvolvimento sustentável é expressada na capacidade de produzir o necessário para a sobrevivência desses agricultores em suas unidades de produção. Há, portanto, uma preocupação implícita sobre o uso de práticas tecnológicas para um melhor aproveitamento da terra. O que vai propiciar, a esses agricultores, melhores condições para a convivência nos anos de seca, produzindo o suficiente para garantir o sustento da família e dos animais, ao mesmo tempo que garante outra fonte de geração de renda.

Desenvolvimento sustentável é entendido, portanto, como uma capacidade de o agricultor produzir o suficiente, plantando “o que dá certo para sobreviver”, para se manter em sua unidade de produção mesmo em períodos de seca. Portanto, a definição de desenvolvimento sustentável por parte dos agricultores entrevistados é dada a partir das condições e das práticas cotidianas dos seus processos produtivos. Por conta disso é que a noção de desenvolvimento para um apicultor de Lajedo de Timbaúba vem a ser a preservação da mata nativa e, conseqüentemente, da abelha:

Quando eles [os técnicos] ensinaram a criar abelha eu achei muito importante porque ia preservar as abelhas nativas que já tinha se acabado, porque tinham cortado a mata, não tinha mais madeira. Hoje a gente planta pra alimentar as abelhas, todas as árvores que dá flor, que tinha se acabado e outras que ficamos conhecendo... É bom porque preserva a mata e as abelhas, que já tinha se acabado tudo. (A.G.M., entrevista, novembro de 2016).

Tudo isso nos informa que a definição de desenvolvimento sustentável para os agricultores vai depender da forma como suas práticas cotidianas são percebidas, vividas e expressadas. Assim, noção de desenvolvimento sustentável tem a ver principalmente com suas atuais condições de produção e de sobrevivência, embora demonstrem, em seus relatos, uma preocupação sobre a garantia dessa produção e dessa sobrevivência para longo prazo.

Os dados observados em Lajedo de Timbaúba sobre as práticas cotidianas dos agricultores revelaram práticas significativas regidas por valores simbólicos para

além dos valores econômicos. Ao transformar essa realidade, delineia-se a configuração do espaço como um produto histórico, reflexo do modo como os diversos saberes têm sido capazes de imprimir novos significados ao lócus de reprodução de variados interesses, entre os quais, as práticas tecnológicas e a noção de desenvolvimento sustentável. Essa noção tem influído nas diferentes posturas e representações desses trabalhadores em sua relação com a tecnologia e com os técnicos. Nessa relação, as diferentes estratégias adotadas pelos agricultores ao se constituírem como práticas cotidianas, são construídas a partir de elementos simbólicos cujas origens são erguidas de suas práticas cotidianas ligadas direta ou indiretamente a saberes externos.

Considerações Finais

A pesquisa revelou que os agricultores de Lajedo de Timbaúba, mesmo em sua condição de mero executor de tarefas pré-determinadas, produzem saber e dele se apropriam à medida que sua prática cotidiana lhe apresenta questões que eles têm que resolver. Assim, os saberes externos, quando postos na relação cotidiana desses agricultores, são ajuizados a partir de critérios avaliativos e serão julgados como vantajosos ou desvantajosos ao serem confrontados com o seu modo peculiar do fazer cotidiano. O que não significa dizer que tais conhecimentos serão absorvidos tais quais foram transmitidos ou que os agricultores não se utilizem de determinados mecanismos para sua aceitação ou rejeição.

Inferimos que o elemento principal que media a relação entre os agricultores de Lajedo de Timbaúba e os agentes externos – as ONGs – no processo de apropriação/recriação/modificação de práticas tecnológicas, é o significado que atribuem a cada prática tecnológica, traduzindo-se na expectativa de que possa ser vantajosa para a unidade de produção e com que lógica essas práticas são incorporadas e com que fim.

No caráter *alternativo* das práticas geradas e difundidas pelos agentes das ONGs, está embutida uma racionalidade estranha à lógica de organização das unidades de produção familiar. Com base nisso, as resistências e enfrentamentos engendrados pelos agricultores familiares antes de significarem uma resistência aos novos parâmetros de desenvolvimento, expressam estratégias afirmadoras de uma cultura própria inscrita no modo específico do seu fazer, o que corresponde ao seu ser agricultor, com uma lógica específica voltada para o equilíbrio interno da unidade de produção, o que, conseqüentemente, corresponde à noção do que seja desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento sustentável não diz respeito a uma preocupação com o que possam preservar ou produzir no futuro, mas ao retorno de sanar suas necessidades imediatas. Não procuram “alternativas de desenvolvimento que permitam satisfazer, de forma adequada, as necessidades das populações presentes, sem

comprometer o bem-estar das gerações futuras” (BRUSEKE, 1998, p. 19), mas alternativas de se *sustentar*, no sentido de sobrevivência da população presente.

O que está em jogo é o modo e as condições em que as práticas tecnológicas são produzidas e difundidas e sua relação orgânica com a lógica de reprodução das unidades de produção familiar a curto prazo. As estratégias e resistências engendradas individual e coletivamente, no âmbito da relação entre as propostas de sustentabilidade e a adequação de tal ou qual prática tecnológica se dão em um processo de construção e devem ser entendidas como *práticas orientadoras* do fazer cotidiano dos agricultores. Essas práticas, como práticas de legitimação de sua idiosincrasia, trazem em si elementos racionais organicamente vinculados ao modo peculiar de organização dos seus processos produtivos; além disso, tais práticas são reveladoras de valores culturais simbolicamente significativos para a produção/reprodução das suas vidas.

Referências

- BRÜSEKE, F.J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: C. CAVALCANTI, *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2ª ed., São Paulo, Cortez, 1998, p. 33-59.
- CARVALHO, F. T. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e seus Atores: o impacto do desenvolvimento sustentável nas relações internacionais. In: *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito – PPGSD*, ISSN: 2318-4558, v. 21, nº 3, p. 5-19/2019/dez.2019/mar.2020/.
- CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cad. EBAPE.BR*, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.
- GOMES, A. M. *O Imaginário Social da Seca e suas Implicações para a Mudança Social*. Recife UFPE, 1995 (Dissertação).
- LINDOSO, D. P. *Vulnerabilidade e Adaptação da Vida às Secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos*. Tese de Doutorado Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável - Brasília – DF, Outubro de 2013.
- MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.
- PATAC - PROGRAMA DE APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS ÀS COMUNIDADES. *Relatórios de Atividades anos 2004- 2016*. Puxinanã-PB (*mimeo*).
- RODRIGUES, Mª da C. A. Saberes e Práticas em Experiência de Construção da Sustentabilidade Rural no Nordeste Brasileiro: extensão ou comunicação? *Revista Educação Unisinos* (online), v.22, p.224 - 232. Home page: [<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/index>]

SOUZA, M. C. S. A.; ARMADA, C. A. S. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos *Revista de Direito e Sustentabilidade*, | e-ISSN: 2525-9687 | MA | v. 3 | n. 2 | p. 17 – 35 | Jul/Dez. 2017.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar as relações de saberes que se articulam em projetos de construção do desenvolvimento rural sustentável para o Semiárido do Nordeste brasileiro, analisando as práticas cotidianas dos agricultores e sua relação com as práticas tecnológicas difundidas por Organizações Não Governamentais (ONGs). Em termos metodológicos, considerou-se factível situar os agricultores nos espaços do imaginário social segundo a perspectiva de Cornelius Castoriadis (1982), considerando suas vivências a partir do modo de sentir, pensar e agir no cotidiano do fazer. O estudo revelou que a interação de saberes se estruturou sob a perspectiva não só da implementação de tecnologias alternativa de convivências com as secas, mas também nos princípios de manutenção da agricultura familiar tendo como referência a experiência tradicional na produção material e simbólica de suas vidas.

Palavras-chave: relações de saberes, sustentabilidade rural, extensão rural, imaginário social.

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the knowledge relationships that are articulated in projects of maintainable rural development construction for the semiarid region in the Northeast of Brazil, analyzing the farmers' daily practices and their relationship with the technological practices spread by non-governmental organizations (NGOs). In methodological terms, it was considered feasible to place farmers in the spaces of the social imaginary according to the perspective of Cornelius Castoriadis (1982), considering their experiences from the way of feeling, thinking and acting in the daily life of doing. The study revealed that the interaction of knowledge was structured under the perspective not only of the implementation of alternative technologies to live with droughts, but also in the principles of maintenance of family farming, having as reference the traditional experience in the material and symbolic production of their lives.

Keywords: knowledge relations, rural sustainability, rural extension, social imaginary.

Recebido para publicação em 15/12/2020

Aceito em 31/01/2022

 **ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

